



**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



**PARECER JURÍDICO  
PROCESSO Nº014/2021  
SOLICITAÇÕES  
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitação**

**Ementa:**

**I. Direito Administrativo. Inexibilidade de Licitação. Aquisição de Reagentes Laboratoriais e Manutenção do Aparelho Hematológico ABX. Valor estimado de R\$ 11.540,23. Licitações e Contratos. Verificação dos requisitos da Lei nº 8.666/93.**

Senhora Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

**I. RELATÓRIO**

O parecer objetiva realizar a análise jurídica do Processo nº 14/2021, relacionado a contratação na modalidade por Inexibilidade de Licitação para aquisição de reagentes laboratoriais e manutenção do aparelho hematológico no valor estimado em R\$ 11.540,23 (onze mil, quinhentos e quarenta reais e vinte e três centavos) para atender as necessidades do laboratório da Secretária Municipal de Saúde por um período de 04 (quatro) meses, nos termos do artigo 25, I da Lei nº 8.666/1993.

Consta no presente processo licitatório a justificativa, solicitação da autoridade competente (fls. 01 -03), justificativa (fls. 04), termo de referência (fls.05), declaração referente a solicitações 335/336 (fls.09), declaração de exclusividade (fls. 10) propostas de preços ( fls. 11/12), solicitação de parecer contábil (fls. 13), parecer contábil indicando os recursos necessários para fazer face as despesas de contratação (fls. 15), solicitação de abertura de licitação (fls. 16/17) correlatos ( fls. ,autorização da abertura do processo licitatório pela autoridade competente (fls. 18), solicitação de parecer jurídico (fls. 19) e Certidão Negativa de Tributos Federais, Certidão de Regularidade do FGTS,



*[Handwritten signature]*



Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Este é, em síntese, o relatório.

Manifesto -me, tal como determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO**

O presente caso parecer está adstrito aos aspectos legais envolvidos no procedimento trazido a exame, bem como se é o caso de Inexibibilidade de licitação, mas esta assessoria jurídica não adentrará em aspectos técnicos e econômicos, bem como ao juízo de conveniência e oportunidade na contratação pretendida.

A Constituição da República impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cujo finalidade – em termos simplórios – é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração.

**Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

Tal princípio – a da licitação -, por ser regra, deve ser lido da forma

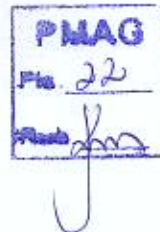


*Ass. Jm*





**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



mais extensível possível, ao passo que as exceções devem ser lidas e interpretadas de forma restritiva. Assim manda a boa hermenêutica por meio do enunciado da interpretação restritiva das regras de exceção (*exceptiones sunt strictissimoe interpretationis*). Na prática: **licitar sempre quando possível, contratar sem licitação somente quando estritamente necessário.**

Entretanto a Carta Magna prevê expressamente a existência de casos que excepcionam o dever de licitar. São os casos das licitações tidas por inexigíveis, dispensadas ou dispensáveis.

A contratação ora sob análise se amolda à hipótese de Inexigibilidade de licitação, eis que se subsume à hipótese do art. 25, I, da Lei nº 8.666/1993.

A inexigibilidade de licitação é utilizada em casos que houver a inviolabilidade de competição, tratando-se de ato vinculado em que a Administração não tem outra escolha, senão contratar, ocasião que a lei de Licitações estabeleceu hipóteses legais em rol exemplificativo, como podemos observar na letra da Lei, ao estabelecer o termo: “em especial”, com posterior apresentação de três hipóteses.

Passando ao estudo da fundamentação legal da Inexigibilidade de licitação, prevista no artigo 25 da Lei de Licitações, nos deparamos com a seguinte determinação.

**Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

**I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;**



*G*





**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

A Secretaria de Saúde informa que a empresa CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOD LTDA é o único distribuidor autorizado no Estado de Mato Grosso da empresa HORIBA a fornecer os reagentes compatíveis com o equipamento (ABX PENTA 60) instalado no Laboratório Municipal.

A declaração fornecida pela empresa HORIBA (fls. 10) é categórica quanto ao credenciamento da empresa CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOD LTDA, junto ao nosso Estado, a qual é credenciada para vender, prestar serviços de assistência técnica, dentro e fora da garantia, dos produtos de Hematologia.







**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



Porém, cabe a Comissão Permanente de Licitação as devidas providências quanto a veracidade da documentação comprobatória de exclusividade, este tem sido a orientação do Tribunal de Contas da União, conforme Súmula nº 225, vejamos:

**Súmula TCU nº 255- "Nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, é dever do agente público responsável pela contratação a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade."**

No mesmo sentido:

**ADMINISTRATIVO. PROJETO DE SÚMULA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE. VERIFICAÇÃO DA VERACIDADE DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA. DEVER DO AGENTE PÚBLICO. APROVAÇÃO. DETERMINAÇÃO. ARQUIVAMENTO.** - Converte-se em Súmula o entendimento, no âmbito do TCU, no sentido de que, nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, é dever do agente público responsável pela contratação a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade (TCU 01047020094, Relator: JOSÉ JORGE, Data de Julgamento: 31/03/2010).

Portanto, não restam dúvidas que a aquisição dos reagentes e a manutenção do aparelho, devem ser compatíveis com os mesmos. Assim, inexistente motivo que justifique a realização de um procedimento licitatório.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação



*G*





**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Frente às necessidades apresentadas na Justificativa para Contratação dos Serviços, resta, pois, evidente o interesse público na situação, existindo, portanto, justificativa plausível para a aquisição do objeto em questão.

Entendo que a hipótese trazida pelo inciso I, do art. 25 da Lei de Licitações, conquanto não deva ser concebida de modo elástico, pois se trata de exceção à regra da licitação, porém como observado dos autos trata-se de fornecedor exclusivo no Estado de Mato Grosso conforme declaração juntada as fls. 10.

Portanto, vislumbro serem plausíveis os argumentos constantes dos autos, sendo a presente aquisição justificada conforme possibilita o art. 25, I, da Lei nº 8.666/93.

### **III – CONCLUSÃO**

**Assim sendo**, de posse dos documentos que instruem o processo licitatório nº 14/2021 e havendo previsão legal, entende esta assessoria, que é inexigível a licitação na forma do artigo 25, I, da Lei nº 8.666/93, com a sua devida publicação e providências quanto a veracidade da documentação comprobatória de exclusividade, para a aquisição de reagentes laboratoriais e manutenção do aparelho hematológico ABX para serem utilizados no laboratório do Município.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Alto Garças - MT, 12 de fevereiro de 2021.

  
**GISLAÍNE SARA MOREIRA MORAES MARTINS**  
**OAB/MT 7.062- Assessoria Jurídica**

Prefeitura Municipal de Alto Garças  
Rua Dom Aquino nº 346 Centro - Alto Garças / MT  
CEP: 78.770-000  
CNPJ: 03.133.097/0001-07  
Fone: (66) 3474-1155

